



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção

## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS RESSONÂNCIAS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Mably Trindade<sup>1</sup>

**Resumo:** Nos anos 1970, emergiram transformações societárias que marcaram profundamente as décadas seguintes, ensejando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista. No presente trabalho, pretende-se discutir, a partir dos desdobramentos de tais transformações das crises do capital, suas ressonâncias na intervenção profissional de assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Transformações Societárias. Crise do Capital. Intervenção Profissional. Serviço Social.

## THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND THEIR RESONANCES FOR THE PROFESSIONAL INTERVENTION OF SOCIAL ASSISTANTS

**Abstract:** In the 1970s, societal transformations emerged that profoundly marked the following decades, leading to significant inflections in the evolution of capitalist society. In the present work, we intend to discuss, from the unfolding of such transformations, their resonances in the professional intervention of social workers.

**Keywords:** Society Transformations. Capital Crisis. Professional Intervention. Social Service.

### INTRODUÇÃO:

No presente trabalho, parte-se da concepção de crise estrutural de István Mészáros (2002) para analisar as transformações da sociedade capitalista na contemporaneidade. Mészáros (idem) defende a existência de uma crise global que acomete todos os países capitalistas, sejam centrais ou periféricos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, e que afeta as principais dimensões da vida pessoal, profissional e política (como as esferas das relações sociais, da educação, da ciência, do direito, da ética, da estética, da tecnologia, dentre outras). Para o referido autor (ibidem), tal crise também é endêmica, cumulativa, crônica e permanente.

O desemprego - conjuntural e estrutural-, a destruição do meio ambiente e as guerras constituem manifestações inequívocas do caráter sociometabólico do capital que é autodestrutivo e absolutamente incapaz de se controlar.

Ademais, é preciso pensar as transformações societárias à luz das crises do capital e de suas repercussões nas contradições e relações de vida e de trabalho que

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: mablytrindade@gmail.com.

incidem, por meio de mediações históricas, socioculturais e ético-políticas, nas respostas elaboradas pelo Serviço Social (GUERRA, 2016).

Nesse sentido, pretende-se analisar as transformações societárias – frutos de tais crises inerentes ao sistema capitalista – e seus desdobramentos no trabalho dos (as) assistentes sociais.

Com tal propósito, a argumentação foi estruturada em duas seções. Na primeira, são analisadas as transformações societárias e as crises do capitalismo tardio ou contemporâneo em seu contexto histórico. A segunda seção, por sua vez, aborda os desdobramentos de tais transformações societárias para o Serviço Social e os espaços sócio-ocupacionais. Por fim, na conclusão, são apresentados de maneira sintética os principais desafios e limites da profissão na contemporaneidade diante do quadro exposto.

## **1. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Na década de 1970 – como resposta à crise que se seguiu ao período que Eric Hobsbawm (1995) denomina “anos gloriosos” do pós-guerra – emerge um novo padrão de acumulação e regulação social, um regime capitalista com características distintas do ciclo de produção até então vigente. Trata-se do toyotismo que, de acordo com David Harvey (2011), estrutura-se em um processo de “acumulação flexível”, que conjuga uma forma inédita de organização do trabalho, que envolve, igualmente, a incorporação de novas tecnologias: informática, microeletrônica e robótica.

Em função do contraste com a rigidez do regime fordista, Harvey (2011) assinala que esse novo padrão capitalista – denominado pelo referido autor (idem) de “acumulação flexível” – define as mudanças produzidas como um amplo processo de flexibilização de mercados de trabalho, sistemas de produção e padrões de consumo. Na esteira de Harvey (ibidem), Ricardo Antunes (1996) assevera que a centralidade do processo de reestruturação produtiva recai sobre a necessidade de recuperação do ciclo de reprodução do capital e que o sucesso desse novo sistema de acumulação capitalista implica altos índices de desemprego estrutural (aumento do exército industrial de reserva), maior exploração do trabalhador e desestruturação do poder sindical.

Ainda de acordo com Antunes (idem), a filosofia do modelo de acumulação flexível é produzir o máximo com o mínimo de trabalhadores, o que somente se revela possível por meio da superexploração da força de trabalho, aliada à utilização de novas tecnologias e técnicas gerenciais.

E o capital, diante de um quadro de crise, precisa engendrar uma nova correlação de forças para sua sobrevivência e reprodução, em um processo que estende sua dimensão, também, para o campo político, social e cultural. Assim, em relação ao fordismo (sistema anterior) as mudanças extrapolam o processo de produção, atingindo a própria dinâmica das relações entre capital e trabalho, o que força o redirecionamento do papel do Estado.

Por conseguinte, o esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, expressão das crises sistêmicas e cíclicas do capital, ensejou, na década de 1970, a emergência de novas formas organizacionais e de reajustamento social e político, baseadas na reestruturação produtiva.

Paralelamente, segundo François Chesnais (1996), a questão financeira aparece como elemento crucial da nova configuração do capitalismo, com diferenças substanciais não apenas em relação ao modelo fordista, como também no que diz respeito ao imperialismo clássico. Tal fenômeno consolida-se de forma definitiva na cena internacional no final da década de 1980, com rebatimentos deletérios para os países periféricos, especialmente da América Latina, cujo elevado endividamento externo acentuou a transferência de recursos para os países centrais, reforçando o estado de subordinação.

Assim, diante da estagflação econômica, isto é, inflação alta com estagnação da economia, gerada pela crise do regime de produção de acumulação fordista-keynesiano, era necessário, para a sobrevivência do sistema capitalista, a instituição de um novo regime de acumulação, que retirasse das massas operárias o poder de barganha conquistado no período de vigência do fordismo.

Segundo José Paulo Netto (2012), o tardo-capitalismo (ou capitalismo contemporâneo), resultado das transformações societárias ocorridas desde os anos 1970 esgotou completamente as possibilidades civilizatórias que Karl Marx (1999) identificou no capitalismo do século XIX. Ademais, tal esgotamento deve-se ao fato de o capital ser necessariamente destrutivo e absolutamente incapaz de se impor limites, nos termos assinalados por Mészáros.

Ainda de acordo com Netto (*idem*), o marco dos anos 1970 não é um acidente cronológico; ao contrário; a visibilidade de novos processos torna-se progressiva à medida que o capital monopolista percebe-se compelido a encontrar alternativas para a crise na qual foi engolfado naquela quadra. Como se sabe, a cada novo ciclo recessivo estrutural, a genética do capital engendra formas de organização singulares, com vistas à maximização do lucro e à ampliação da mais-valia. Esses movimentos do capital, segundo a teoria marxista, exercem profundo impacto sobre os mercados de

trabalho, o que atinge a reprodução social dos trabalhadores e que envolve diretamente uma série de “reformas” no âmbito do Estado.

Contudo, o que se convencionou chamar de “reforma” do Estado é, na verdade, parte do mencionado processo global de reestruturação capitalista, iniciado – como dito – após a crise do capital da década de 1970. Nesse contexto, emerge com força total nos anos 1980 o projeto neoliberal, de redução do papel do Estado e ampliação da esfera de atuação do mercado econômico.

No Brasil, a implantação das medidas de caráter neoliberal – como mencionado anteriormente – iniciou-se nos anos 1990, durante o Governo Fernando Collor de Mello sendo, significativamente, acelerada por Fernando Henrique Cardoso. Tais medidas, segundo Netto (1995), significaram dilapidação do patrimônio público, agravamento do quadro de vulnerabilidade social do país, taxas de crescimento residuais (quase pífias), alta do desemprego e aumento exponencial da informalidade.

Como se sabe, ao minimizar a intervenção do Estado na área social, o neoliberalismo utiliza-se da sociedade civil e do mercado para o enfrentamento das expressões da “questão social”, compreendida por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2008) como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Trata-se, segundo os autores (*idem*), de manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção para além da caridade e repressão.

Ademais, o Estado desresponsabiliza-se da atribuição de prover os serviços sociais – sobretudo nas áreas de saúde, educação e previdência –, transferindo-a, por meio de incentivos fiscais e outros mecanismos de subsídios, para empresas privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Assim, ao seguir as tendências internacionais, a “reforma” do Estado brasileiro tem sido conduzida sob a pauta do ajuste fiscal, mediante privatização de empresas públicas e esgarçamento da rede de proteção social. As alegadas prioridades residem na dinamização da iniciativa privada, controle da inflação e obtenção de superávits primários para pagamento de juros da dívida pública.

Ricardo Antunes (1996) assinala que para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise – desemprego, subemprego, precarização do trabalho, baixos salários, etc. –, o neoliberalismo construiu novos modelos de sociabilidade que os afastam de suas formas históricas de organização. Desse modo, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetam, em termos ontológicos, a classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada.

Ao analisar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) implementado pelo governo FHC, Elaine Behring (2008) afirma que não se trata apenas de uma reforma administrativa, mas de verdadeira estratégia de desmantelamento do projeto de Estado Social apontado pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o plano traduzia as reais tendências governamentais, ou seja, privatizar a economia nacional, realizar uma “reforma” do Estado, centrada no funcionalismo público, restringir direitos previdenciários, tentar abrandar a crise fiscal do Estado e gerar poupança interna para alavancar o crescimento econômico.

Behring (idem) denomina esse processo de “contrarreforma do Estado no Brasil”. Sara Granemann (2007), por sua vez, compreende a contrarreforma como um conjunto de alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho que alteram marcos legais, já alcançados, em determinado momento pela luta de classe, rebaixando direitos anteriormente consolidados.

As estratégias redistributivas esgotam-se com o sistema fordista-keynesiano, em meados da década de 1970. Como principal consequência, exaure-se definitivamente o pacto entre capital e trabalho, bem como todas as possibilidades de os trabalhadores participarem dos processos de redistribuição social, tal como nas campanhas neodesenvolvimentistas do “fazer crescer o bolo para depois reparti-lo” (GUERRA, 2016, p. 88).

Consubstancia-se, assim, o mais perverso do ideário neoliberal para as políticas sociais, ou seja, o tripé: privatização, focalização e descentralização. Nessas circunstâncias, é evidente que as transformações societárias engendradas pelo tardo-capitalismo resultaram em um profundo agravamento do quadro estrutural de desigualdade econômica e social, com graves rebatimentos no mundo do trabalho, inclusive para os assistentes sociais e seus espaços de atuação profissional.

Ademais, não se pode desconsiderar que o rico e fecundo referencial teórico oriundo da obra de Karl Marx e de seus intérpretes permite examinar os avanços e retrocessos do capitalismo, as determinações, impactos e implicações de suas crises.

## **2. AS RESSONÂNCIAS DAS CRISES DO CAPITAL NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS**

As dificuldades para impulsionar o crescimento econômico, o aumento do desemprego e do subemprego, bem como a radicalização das desigualdades de renda e propriedade, das disparidades religiosas, raciais, de gênero e etnia comprometem processos e valores democráticos (IAMAMOTO, 2010).

No Brasil, as transformações societárias suprimiram direitos sociais historicamente consolidados, o que engendraria a abertura dos mercados nacionais ao capital especulativo; geração de superávits primários para garantia de pagamento dos juros da dívida; privatização do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado, como as políticas sociais públicas. Medidas que exacerbam as desigualdades sociais, sobretudo as condições de vida das classes trabalhadoras. Impregnado de “atributos fetichistas”, o trabalho torna-se, como salienta Marx (1999), mais carregado de opacidade, sutilezas e alienação, fortalecendo “o despotismo do capital” e atentando contra a vida do trabalhador com os seus padrões exigentes.

Por conseguinte, o mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho. Sendo assim, os conceitos de profissão e formação específica e especializada tendem a perder funcionalidade e desaparecer. O trabalhador, além da escassez de emprego, vai enfrentar a obsolescência de seu saber e a perda de organicidade da sociabilidade produzida no fordismo/keynesianismo.

Ao mesmo tempo em que se institui o mercado como polo regulador da vida social e se afirmam políticas concentradoras de renda, de poder e da propriedade territorial capitalista, um vasto empreendimento ideológico de cunho moralizador envolve a sociedade civil. Ela é agora travestida de uma forma comunitária, dotada de cidadãos solidários, dedicados a um empreendimento voltado ao bem comum, dentro de uma ampla estratégia de mistificação.

Esse novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir, nos termos de Antonio Gramsci (1999), o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista.

Nesse sentido, a reconfiguração dos espaços ocupacionais é resultante das profundas transformações sócio-históricas, com mudanças regressivas nas relações entre o Estado e a sociedade em um quadro de recessão na economia internacional, submetida à ordem financeira do grande capital. Tal cenário, redimensiona os espaços ocupacionais e as demandas profissionais, impondo a exigência de novas competências aos (as) assistentes sociais.

No marco dessas lutas políticas, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricos e, portanto, móveis e transitórias sofrem significativas alterações. São indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas, da intensificação e desregulamentação do trabalho e da

investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo os preceitos neoliberais.

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano", nos termos de Maria Carmelita Yazbek (2010), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional – situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico-particulares – a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, transmutam-se em demandas sociais e profissionais. E avançar a legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social.

É necessário, ainda, conformar perfis socioprofissionais que imprimam novos atributos, ideias e valores à força de trabalho. Prevaecem atributos comportamentais que se exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, na adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise.

Todos esses fatores sinteticamente analisados até aqui trazem profundos rebatimentos ao Serviço Social. Nesse sentido, qualquer reflexão sobre os desdobramentos das transformações societárias para a profissão e seus espaços sócio-ocupacionais no Brasil exige a prévia compreensão do contexto acima mencionado, imposto pelas insidiosas transformações societárias da ordem capitalista e seus rebatimentos na divisão social e técnica do trabalho.

### **3. CONCLUSÃO:**

A nefasta conjuntura atual exige lembrar a famosa afirmação do Manifesto Comunista na qual “a história da sociedade é a história da luta de classes”! Em tempos de acirramento da ofensiva capitalista neoliberal contra a classe trabalhadora e aos que lutam cotidianamente por justiça social, democracia radical e substantiva, superação das opressões, liberdades e emancipação humana, a categoria reafirma que sua escolha é (e sempre foi) a resistência.

Resiste-se na luta diuturna para que haja no horizonte da história a transformação social desta sociedade que não abriga mais as condições reais de civilidade e plenitude em suas relações sociais. É fato inconteste que o sistema capitalista e sua racionalidade chegaram a um patamar absolutamente insustentável.

Assim, engendra-se o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988.

Com efeito, o projeto em curso favorece de forma inequívoca o avanço do grande capital estrangeiro sobre a economia brasileira, reforçando as alianças entre a burguesia nacional e o imperialismo. Como exemplos de tal favorecimento, pode-se mencionar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 – que estabelece um teto para investimentos públicos por 20 anos –, a contrarreforma trabalhista, que agravará ainda mais o cenário de desemprego de 13% que assola a classe trabalhadora e a tentativa de aprovar a qualquer preço a Reforma da Previdência.

Somam-se a isso, as ações administrativas e os cortes orçamentários que enfraquecem sobremaneira o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação por meio dos cortes nas universidades públicas e institutos federais, bem como a flexibilização da legislação ambiental destinada a facilitar a exploração dos recursos naturais pelas empresas multinacionais. Todas essas medidas foram e ainda estão sendo implementadas por um governo corrupto, inepto e espúrio em um curto intervalo de tempo.

Nesse ataque à classe trabalhadora, mulheres e jovens negros são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de raça/etnia, sexualidades, territórios e que têm em comum elemento de classe.

Sem mencionar que os retrocessos no campo dos direitos sociais remontam a história da questão social tratada como caso de polícia, seja pelas execuções sumárias ou pelo encarceramento em massa, como regra da justiça seletiva. A perversa ação do Estado para salvaguardar o capitalismo em crise, mantendo suas formas de dominação e exploração, reside na militarização da vida e na criminalização das lutas e movimentos sociais.

Em suma, o processo de implementação de direitos sociais no Brasil consubstancia uma longa história de desigualdades e exclusões que são potencializadas, na contemporaneidade, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, engendrados para solapar a agenda clássica de universalização de direitos. Além disso, os efeitos do desmantelamento dos precários serviços públicos contribuem ainda mais para o acirramento de tais desigualdades. Trata-se, de manobra perversa que elide a responsabilidade do Estado e descaracteriza a própria noção de direitos, desvinculando-a dos parâmetros de justiça, solidariedade e igualdade, enfim, do acesso à cidadania.

Nesse cenário de aceleração do processo fragilização de políticas sociais e supressão de direitos, patrocinado por esse desgoverno, a categoria de assistentes



sociais depara-se em sua atuação profissional, cada vez mais, com o “gerenciamento da barbárie”. Para o Serviço Social, portanto, impõe-se o desafio de resistir à contrarreforma estatal e juntamente com outros sujeitos coletivos, entrincheirar-se, sem tergiversações, nas fileiras das lutas em prol de uma sociedade solidária e substancialmente democrática.

São tempos exigentes que requisitam nossa resistência política e análise crítica para enfrentar os desdobramentos desse cenário nefasto, no contexto de um desgoverno que, sob a aparência de legalidade, rasga diuturnamente a Constituição Federal de 1988.

Sem mencionar a emersão, nos últimos anos, do mais perverso neoconservadorismo no Brasil, capaz de patrocinar iniciativas como a redução da maioria penal, o projeto escola sem partido, o estatuto da família e do nascituro e as perseguições a religiões de matriz africana e às minorias, como mulheres, indígenas e à população LGBT. Uma das frentes dessa preocupante ofensiva conservadora reside no Congresso Nacional, onde uma crescente bancada religiosa tenta romper a laicidade do Estado, para impor seus valores fundamentalistas à população.

Por consequência, o momento atual impõe o acúmulo de forças no campo teórico e político. É preciso soldar a organização dos trabalhadores para fazer frente à vigorosa reação das forças conservadoras e reacionárias, pois como assinala Antonio Gramsci (1999), a criação de uma nova cultura implica a elaboração de um pensamento superior ao senso comum, coerente, com bases científicas sólidas e que permanecendo em contato com as pessoas simples encontra a fonte dos problemas a serem pesquisados e resolvidos.

O momento histórico exige, também, voltar à atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe – o que inclui, obviamente os assistentes sociais –, para a preservação e ampliação do trabalho, dos direitos conquistados e da crescente democratização das políticas públicas: a defesa da seguridade social na disputa pelo fundo público do (SUS) e do (SUAS) e a luta contra a securitização da Previdência Social.

Cumprir destacar, ainda, que a onda de ódio que se alastra contra tudo que soa progressista na atualidade está muito além do fato de as elites passarem a ter que dividir o assento do avião ou o banco da universidade com os pobres. Certamente isso as incomoda, mas o fenômeno é bem mais complexo.

Nas sociedades capitalistas, tal qual a brasileira, independentemente de a esquerda ocupar alguns postos importantes na estrutura do Estado, predominam

enormemente as velhas concepções burguesas e pequeno-burguesas, entranhadas na cultura do povo por meio de séculos de dominação colonialista e imperialista.

Nesse sentido, não é fácil abrir caminho a novas concepções. A burguesia não apenas detém o predomínio de sua ideologia, como domina os instrumentos de sua divulgação e defesa. Mobiliza, assim, a imprensa, o rádio, a televisão, dispõe das universidades, dos centros culturais e utiliza largamente a religião.

Em síntese, é como dizia Marx e Engels (1999, p. 12) “as ideias dominantes numa época nunca passaram das ideias da classe dominante”. Desse modo, o aparato repressivo do Estado – especificamente as polícias militar, civil e federal – é doutrinado desde sempre para ser refratário às reivindicações elementares em torno de direitos sociais, políticos, civis e humanos. Quando se aumenta a militância envolvida em sua defesa, os reacionários fascistas entrincheiram-se raivosamente em defesa da manutenção de seus privilégios.

Logo, é preciso estar junto com os movimentos sociais e novos sujeitos coletivos na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, na perspectiva de fortalecer a ação conjunta na defesa dos direitos sociais: os assalariados da indústria e dos serviços, os trabalhadores congregados no campo, os migrantes e deslocados; a juventude organizada na defesa do ensino, do direito ao passe livre, em núcleos de cultura; as nações indígenas; os afrodescendentes, os grupos LGBT e as mulheres organizadas na defesa do trabalho e contra a violência doméstica, dentre outros.

Um caminho fértil para acumular forças políticas e forjar a resistência reside no retorno ao trabalho de base, ou seja, ao trabalho de educação política, apoiando seus processos de organização, capacitação e educação política, decifrando suas expressões socioculturais.

Faz-se necessário, ainda, qualificar no exercício da profissão a dupla dimensão presente no trabalho profissional, imprimindo-lhe plenitude de sentido: por um lado, a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por outro, a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra-hegemonia, nos termos gramscianos.

No que se refere ao projeto societário, estimular e apoiar uma frente de esquerda que crie um patamar mínimo de unidade para contribuir na construção coletiva de um projeto para o Brasil nesses tempos de regressão conservadora que, historicamente, tendem a ser acompanhados de crescente intolerância política.

Para finalizar uma constatação irrefutável impõe-se: o Serviço Social latino-americano tem mais tempo em sua aproximação do pensamento histórico-crítico do

que a prevalência exclusiva do pensamento liberal e conservador. Há mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder. Afirmam-se, por conseguinte, afinidades eletivas entre o Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de distintos segmentos das classes subalternas e, em especial, os trabalhadores. Nesses tempos nebulosos, que desfiam a todos, um tempo de aflição e não de aplausos, como afirma o poeta Lêdo Ivo, é importante destacar a história de profunda resistência do Serviço Social brasileiro, motivo de alegria e grande orgulho!

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVIII, nº 50, abr. 1996.

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

GRANEMANN, S. Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dezembro de 2007.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro / Ana Elizabete Mota, Angela Amaral (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, p. 121-184, 2011.

HOBBSBAWM, E. Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991. Trad. De Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. In: *Temporalis*, Revista da Associação Brasileira e Pesquisa em Serviço Social, ano II, nº 3, 2ª edição, 2004, Brasília, ABEPSS, Grafline.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª edição: Cortez, 2011.

MARX, K. ; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, nº 50, 1996.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, nº 111, 2012.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 33-40.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs). *Serviço Social, temas, textos e contextos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.